

# PEÇA DO MÊS

**NOVEMBRO – 1998**



**GARRAFA E ENGARRAFADEIRA  
DO 1º VINHO PORTUGUÊS DO TIPO "CHAMPAGNE"**

**- PRODUZIDO NA QUINTA DO PRADO -  
(segunda metade do século XIX)**

---

**CASTELO DE VIDE  
Arcos dos Paços do Concelho**

## JOÃO JOSÉ LE COCQ

### Retrato Biográfico d'O Fundador da Granja do Prado

João José le Cocq, filho primogénito de Luiz José le Cocq e de Maria Vitória do Carmo, nasceu em Lisboa, na quinta da Torre ao Lumiar, no ano de 1798, e repousa no cemitério de Castelo de Vide, em jazigo de família, com sua esposa e filhos.

Aos 16 anos entrou na Congregação do Oratório onde foi aluno aplicado e com uma extraordinária aptidão para a investigação. Saindo da Congregação aos 24 anos, recebeu de imediato a primeira de muitas missões oficiais que lhe viriam a ser confiadas ao longo da sua vida por diferentes governos régios, com excepção do período do miguelismo durante o qual foi afastado das funções em virtude de se ter sempre mantido "fiel à Rainha e à Carta Constitucional. Essa missão estreatante, definida em portaria desde o Palácio da Bemposta, proporcionou que João José pudesse «ir a Paris aprender a prática do ensino mútuo, para vir instalar e dirigir neste reino uma escola normal». Fixando-se nesta cidade durante 1823, dois anos depois a Escola Normal de Ensino Mútuo, que entretanto se instalara provisoriamente na Casa Pia, sediava-se definitivamente numa parte de um edifício localizado no Rossio (anteriormente do Santo Ofício), ficando seu director o próprio João José.

Sabe-se ainda que no ano de 1822 João José integrou o corpo docente do colégio de S. Rafael, no Curso de Filosofia Racional e Moral, e que leccionou noutro Curso de Física Experimental, "com uso de máquinas e de química". Em 1824, com a criação da primeira Oficina Régia Litográfica no Palácio do Tesouro Velho, João José le Cocq assumia também a sua direcção técnica. Pelo desempenho destes cargos e pelo prestígio que então detinha, era chamado frequentemente pelo Secretário de Estado de D. João VI, marquês de Palmela, para proferir conferências, prestar conselhos técnicos e outros serviços públicos.

No ano de 1824, a requerimento de seu tio materno, Frei Joaquim Santíssimo Sacramento, foi feito Cavaleiro da Ordem de Cristo e, três anos mais tarde, a 19 de Dezembro de 1827, na regência da infanta D. Isabel Maria, agraciado com a distinção de Cavaleiro da Conceição.

Na obra "Lisboa d'outros tempos", o escritor Pinto de Carvalho, ao referir-se à esquadra francesa do almirante Roussin, que veio a Lisboa exigir a libertação de franceses detidos pelos absolutistas, cita que de entre os detidos pelos seguidores de D. Miguel constavam os nomes do "pintor" João José le Cocq e do irmão Manuel le Cocq. Desconhecem-se obras que confirmem deste seu talento artístico, mas esta informação é igualmente útil na medida em que corrobora a cidadania francesa que João José fez questão de sempre manter, não obstante os cargos públicos que desempenhou e as regalias régias que usufruiu. Aliás, ele próprio, por diversas vezes ao longo da sua vida, solicitou ao governo francês o respectivo certificado de nacionalidade, bem como licença para uso das condecorações, tendo a última sido o Colar da Comenda de Cristo, entregue por D. Pedro V por ocasião da visita deste monarca à quinta do Prado.

João José Le Cocq, depois do período da perseguição aos liberais, receberia de novo a confiança das cadeiras do poder e outras nomeações então lhe surgiram, como por exemplo a disposta numa portaria de 1835 que o integrava na comissão constituída para elaborar as "Tábuas para o Ensino da Gramática Portuguesa" ou outra que o nomeava secretário da Sociedade da Instrução Primária, ou ainda para o primeiro Conselho Geral de Beneficência, onde tomou posse com o Presidente da Câmara de Lisboa, os Provedores da Misericórdia e da Casa Pia da mesma cidade, entre outras figuras notáveis.

O ano de 1837 viria a alterar profundamente a vida de João José le Cocq. Vendendo propriedades que possuía em Sintra e Colares e comprando as terras do Prado, da Coutada de Alcolgulo e as da Coutada de Nisa, este novo proprietário do Prado passaria a residir em Castelo de Vide, dedicando-se exclusivamente à agricultura e à exploração destes terrenos, enquanto que Maria Leonor se mantinha na casa da capital encarregada da educação dos filhos.

Embora estivesse afastado de Lisboa e fosse agrónomo em Castelo de Vide, mesmo assim João José viria a receber mais algumas nomeações régias para dar pareceres técnicos. Com efeito, por carta de 2 de Outubro de 1839, o secretário particular de D. Fernando pedia-lhe informações sobre a utilidade da água de um poço artesiano aberto no largo de São Paulo e, alguns anos mais tarde, uma portaria datada de 1844, assinada pelo ministro Costa Cabral, encarregava-o de organizar um projecto para a instalação de uma Escola Prática de agricultura no Convento da Cartuxa, em Évora.

Com a sua morte, o seu filho mais novo, Alfredo Carlos, conjuntamente com seus irmãos, em 1880, constituem uma sociedade agrícola e familiar, sob o nome da firma de *Viúva le Cocq & Filhos*, que deu continuidade à grande obra que João José le Cocq criou.

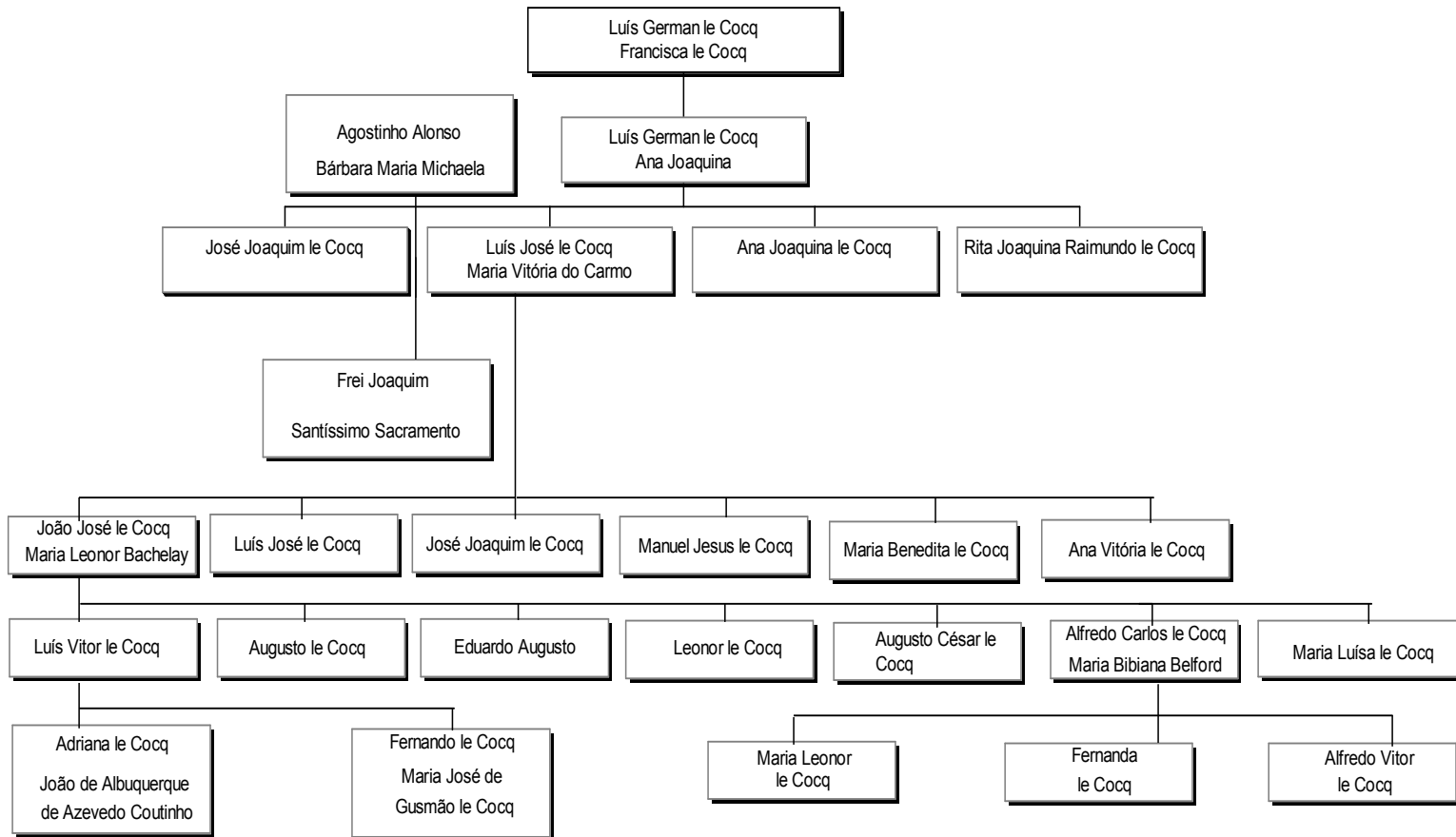
### **JOÃO JOSÉ LE COCQ - 1798/1998**

**QUE ESTE FOLHETO REGISTE TAMBÉM OS 2 SÉCULOS CUMPRIDOS SOBRE  
O ANO DO NASCIMENTO DESTA TÃO GRATA E BENEMÉRITA FIGURA DE  
CASTELO DE VIDE**

### **A DESCÊNDENCIA DE JOÃO JOSÉ LE COCQ**

João José Le Cocq e Maria Leonor le Cocq tiveram sete filhos, sendo o primogénito Luis Vitor le Cocq, que nasceu em Lisboa, em 1828, assim como os seus irmãos Augusto, Eduardo Augusto, Leonor e Augusto César. O filho varão mais novo, Alfredo Carlos le Cocq, nasceu em Castelo de Vide, na casa n.º 2 da rua Cândido dos Reis (propriedade da família Bugalho), em 1849, e a sua irmã, Maria Luisa, a mais nova desta linha de descendência, na casa do Prado, em 1851. (cont. pág. 6)

# ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA LE COCQ



Destes seus filhos, o primogénito, Luis Victor Le Cocq, engenheiro civil, um pouco antes de 1860, enquanto director das Obras Públicas do distrito de Portalegre, estudou e concluiu as obras de construção da estrada que liga actualmente esta cidade a Castelo de Vide. Posteriormente desempenhou o mesmo cargo no distrito do Porto, elaborando estudos para a construção de alfândegas daquela cidade, bem como traçados para o caminho ferroviário do Douro. Antes do seu último cargo público - director da fiscalização dos caminhos de ferro - sobressaiu a sua competência no cargo de Intendente das Obras Públicas, em que foi responsável por obras como a do Ministério do Reino, o Asilo Maria Pia, a conclusão do Torreão da Alfândega (Terreiro do Paço), o Tribunal do Comércio e a conclusão do arco da rua Augusta.

Morreu no ano de 1892, em Lisboa, reformado do posto de general de engenharia, e recolheu ao jazigo de família no cemitério de Castelo de Vide.

O irmão, Alfredo Carlos le Cocq, depois de ter abandonado a carreira da marinha e ingressar no Instituto Geral de Agronomia, donde saiu com o respectivo curso em 1872, foi colocado inicialmente em Bragança e depois no Porto. Poucos anos depois, no início da grave crise vinícola nacional, foi destacado para inspecionar as vinhas vitimadas a norte do Tejo, ascendendo posteriormente ao lugar de inspector-geral dos serviços anti-fíloxéricos. Daqui saíria para chefe de repartição da Direcção Geral da Agricultura, chegando, alguns anos mais tarde, a Director Geral.

Para além destes cargos, foi ainda deputado às cortes pelo partido progressista em várias legislaturas. A sua obra, pensamento e grande dedicação ao serviço público valeram-lhe diversas honras, tendo sido distinguido com a Ordem da Conceição, a Comenda de Leopoldo da Bélgica, a Carta de Conselho, Grande oficial da Ordem da Coroa de Itália e sócio honorário da Royal Agricultural Society of England.

Fundador e colaborador de diversos jornais como *A Agricultura do Norte* (que mais tarde viria a transformar-se em *O Agricultor Português*), *A Vinha Portuguesa*, *Portugal Agrícola*, *Arquivo Rural*, etc, os seus artigos evidenciam a grande autoridade e dedicação à agricultura portuguesa.

Depois de aposentado o Comendador Alfredo le Cocq pensa investir e explorar a Coutada do Alcolgulo, para a qual encomenda um projecto de vivenda rural ao arquitecto Raul Lino, que infelizmente não passou de papel devido à sua morte, em 1921. No seu testamento determinou que a sua residência da vila (antigo largo de São João e actualmente largo João José le Cocq) fosse destinada ao *Albergue das Inválidas do Trabalho Agrícola de João José le Cocq*, dotando-o também com parte da sua fortuna pessoal.

## A GRANJA DO PRADO

João José le Cocq adquiriu as terras do Prado em 1837 por 5.147\$560 réis, ao mesmo tempo comprou a herdade da Coutada do Alcogulo, por 3.497\$600 réis e a Coutada de Nisa, por 1320\$200 réis.

Segundo as fontes consultadas, O Prado era então um «terreno muito agro e mau na sua quase totalidade», inscrito nos bens realengos de que a coroa entendeu alienar-se. Depois das obras de arroteamento, surriba, captação de águas e irrigação, este novo proprietário resolveu aplicar uma cultura intensiva e diversificada no vale e na encosta norte, enquanto que na encosta sul plantou um frondoso bosque, com variadas espécies exóticas, destinado a parque de recreio.

João António Gordo, para escrever a biografia da família le Cocq (*Os Le Cocq em Portugal*, separata do jornal "O Castelovidense" 1942), teve acesso à correspondência estabelecida entre João José e a sua esposa, que até meados da centúria de oitocentos se terá mantido em Lisboa. Assim, segundo esta fonte, é relatado que no Prado foi utilizada pela primeira vez em solo nacional uma broca artesiana para captação de água e ainda que nesta quinta «se instalou o primeiro lagar mecânico para fabrico do azeite e se bebeu com delícia o primeiro vinho português do tipo de *Champagne*». A mesma fonte acrescenta que este espumante «saboreou-o D. Fernando, artista e rei muito cordial que, em 1852, mandava agradecer ao lavrador do Prado, pelo seu camarista o barão da Foz algumas garrafas que o ilustre vinhateiro lhe mandara de presente».

Numa outra fonte consultada, baseada num apontamento de 1851, sabemos que em relação à vinha João José conseguia altos índices de produção «escolhendo previamente uma por uma as espécies melhores entre as indígenas e procurando as de maior renome entre as exóticas, está-lhe produzindo já hoje, num solo em que há oito ou nove anos nem as cabras se demoravam, mais de dois mil almudes de vinho (mais de mil e quinhentas arrôbas), não de um vinho qualquer, mas todo generoso».

O documento acrescenta que: «Cada uma das variedades é cultivada, vindimada e prensada em separado; e logo, já misturando, já combinando, ou já fabricando à parte e com toda a ciência, resulta que sempre que o proprietário tem bem provida a sua adega de excelente *Pôrto*, *Madeira*, *Jerez*, *Malaga* e de um vinho gasoso muito semelhante ao *Champanhe*, acreditado em Lisboa com o nome especial de *Vinho do Prado*. Para a sua preparação em geral usa o proprietário diferentes máquinas de sua invenção, e pisa e espreme com facilidade, com economia e com todo o asseio. Tem também uma máquina para destilar aguardente e, finalmente, outras tem para todas as operações deste género».

O florescimento da quinta do Prado terá atingido tal fama que, a 4 de Abril de 1853, o Ministério das Obras Públicas propunha uma "convenção" a João José le Cocq, com vista a que o Prado se tornasse numa "quinta de ensino". Porém, não obstante uma troca prolongada de correspondência entre as partes, não se chegou a acordo, mas nem por isso o Prado deixou de ser «durante muitos anos, uma autêntica escola prática de agricultura, onde os proprietários da região e seus operários muito aprenderam e aonde também ricos senhores de grandes terras vinham, de quando em quando, aconselhar-se com o ilustre mestre de agronomia».

"Mas os tempos mudam...

Onde vai o louro vinho espumante, que também o senhor D. Pedro V sorveu na granja do Prado, oferecendo com sua tão ilaqueante bondade, ao fabricante, o colar da Ordem de Cristo!"

João António Gordo  
"Os Le Cocq em Portugal", 1942.

## A GARRAFA E A ENGARRAFADEIRA

A única garrafa que existe no depósito da Secção de Arqueologia Municipal foi oferecida pelo particular Eufráasio de Alegria Grego, no ano de 1981. Trata-se de uma garrafa de vidro verde, espessa, de secção oval, com um rectângulo saliente para o rótulo a meio do bojo e, do lado oposto, uma âncora ladeada por duas meias-luas e duas estrelas, sobre a palavra KOUMYS. Pelo *Catálogo da Secção Agrícola da Exposição Industrial Portuguesa*, do ano de 1888, sabemos que 12 destas garrafas de vinho espumoso, da colheita de 1886, custavam 9\$000 réis.

A engarrafadeira, de marca *Barnett & Fosters, patent London*, pertence aos actuais proprietários do Prado, sendo uma das relíquias da actual adega, que o rendeiro João José C. Santo preserva e tem orgulho em mostrar.

Agradecemos a:

---

Pedro Sá, pela sua completa disponibilidade na permanente cedência de bibliografia; aos proprietários do Prado, bem como ao rendeiro João José, pelo empréstimo das máquinas, e à Santa Casa da Misericórdia pelo quadro com o recorte de imprensa.